



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 87ª R.O. CERHI-RJ, em 28/08/2019

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, na Sala de Aula da Universidade do Ambiente do(a) SEAS/INEA, na Avenida Venezuela nº 110, 5º andar, Saúde, RJ, com início previsto para as 13h30min, realizou-se a 28ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ e contou com a presença dos(as) senhores(as): **Titular** - Renata Bley (SEAS), Lívia Romano (SEAS), Moema Versiani (INEA), Marina Bez (FIPERJ), Ezequiel Moraes dos Santos/Eduardo Amaral e Oliveira (Prefeitura Municipal de Silva Jardim), Mayná C. Morais (CEDAE), Nelson Carvalho (Grupo Águas do Brasil S/A), César Bassi Costa (Eletrobras Eletronuclear), José Gomes Barbosa Júnior (LIGHT ENERGIA), Vinicius Crespo (Fecomércio), Alessandra Seródio (FAERJ), Mário Porto dos Santos (APEDEMA), Flávia Lanari Coelho (APALMA), Romero Alves de Souza (Substituto - Ecocidade Cidade), Carlos Eduardo Martins de Souza (ACAMPAR-RJ), José Paulo Soares de Azevedo (COPPE/UFRJ), Aderson Martins (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES), Daniela Vidal Vasconcelos (Substituta - CBH MPS), Rodolfo S. C. Coimbra (CBH Macaé), Luís Eduardo Amorim Ramos (Substituto – CBH Piabanha), Marcos Sant’Anna Lacerda (CBH BG); **Suplente** - Elaine Cristina C. Fidalgo (Embrapa Solos), Giselle de Sá Muniz (SEAS), Edson Falcão (INEA), Laize Rafaelle A. Santos (Prefeitura Municipal de Sapucaia), João Alberto Antunes Ribeiro (Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu), Keila Ferreira da Silva (Prolagos S. A.), Raphael Carlos Corte Fassy (Águas do Paraíba), Rolf Dieringer (Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu), Jéssica Grimaldi (Substituta - Associação Raízes), Eloisa Elena Torres (Instituto Baía de Guanabara-IBG), João Gomes de Siqueira (UENF), François Lopes Alves (IBDA), Lícius de Sá Freire (CBH R2R), Eduardo S. R. Dantas (CEIVAP); **Ausências Justificadas – Titulares:** Maria Aparecida Pimentel Vargas (ABRAGEL), Zenilson Coutinho (ASFLUCAN), Friedrich Wilhelm Herms (UERJ); **Ausências Justificadas – Suplentes:** Thiago Caetano da Silva Berriel (Prefeitura Municipal de Itaocara), Markus S. W. Budzynzk (ADEFIMPA-RJ), Daniele G. Nunes (IFRJ); **Ausências - Titulares:** Adriana de Fátima R. Lustosa da Costa (Ministério do Meio Ambiente), Robson Sheeny Pinto (DRM), Maurício Ruiz Castello Branco (Prefeitura Municipal de Volta Redonda), Joiciara Maia P. Matos (Prefeitura Municipal de São João da Barra), Abílio de Souza Faia (FIRJAN), Alexandre Anderson de Souza (AHOMAR), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu); **Ausências - Suplentes:** Wallace Serafim Pavão (SEAS), Anna Gayoso (PGE), Maicon A. R. Carvalho (SindiPesca RJ), Carlos V. N. Tavares (APROMEPS), Guilherme Marques Campbell (Instituto Ambiental Conservacionista 5º Elemento), Yara Valverde (CI), CBH-BPSI (aguardando nova indicação), Arnaldo Villa Nova (CBH LSJ); **Convidados** – Luciano Paez (CBH-BG), Luiz Constantino (INEA), Fátima Casarin (SANEMAR S.A.), Adriana Saad (CILSJ), Luciana A. Z. Andrade (ANA/SPR), Isidro Paes Leme Arthou (CBH-BG), William Weber (CBH-Guandu), Aline Lázaro Ceará (Associação Raízes), Gabriel Macedo (INEA), Gabrielle Trindade dos Santos (Instituto Terra Azul), André Luis de Paula Marques (AGEVAP), Samuel Muylaert (INEA), Raissa Guedes (AGEVAP), Daiana Gelelete (AGEVAP), Camila Souza (Light). **Assessoria administrativa da Secretaria Executiva CERHI-RJ:** Alexandre Spindola e Bárbara Santos (estagiária). Após verificação de quórum, a reunião teve início às 13h55min. A Sra. Renata Bley abriu a reunião e justificou a ausência da Presidente e do Vice-Presidente do CERHI-RJ. Agradeceu a participação dos palestrantes e falou sobre a implementação dos Planos. Em seguida, a reunião transcorreu com um único item de pauta: Debate sobre o Instrumento



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

43 “Planos de Bacia” das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e Reflexões acerca da
44 Implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Apresentações: 1) Planos de Bacia e os
45 Respectivos Manuais Operativos, Abordando a Nova Visão e as Experiências Mais Recentes de
46 Planejamento da Agência Nacional de Águas (Luciana Zago de Andrade – Coordenadora de planos de
47 recursos hídricos da ANA); 2) Situação dos Planos de Recursos Hídricos no Estado (Moema Versiani –
48 SEAS/INEA); e 3) Planos de Bacia na Prática: Uma Análise do Planejamento de Recursos Hídricos no
49 Estado do Rio de Janeiro (Samuel Muylaert – SEAS/INEA). **1) Apresentação sobre Planos de Bacia e os**
50 **Respectivos Manuais Operativos, Abordando a Nova Visão e as Experiências Mais Recentes de**
51 **Planejamento da Agência Nacional de Águas (Luciana Zago de Andrade – Coordenadora de planos de**
52 **recursos hídricos da ANA).** A Sra. Luciana Andrade agradeceu o convite para a apresentação e
53 informou que há alguns anos assumiu a Coordenação de Planos da Superintendência de Recursos
54 Hídricos da ANA. Em seguida, explanou sobre a Lei das águas nº 9.433/1997 e apresentou um vídeo
55 constitucional da ANA. Falou sobre a elaboração e a participação social e também sobre suas etapas,
56 as reuniões públicas com participação social que são extremamente importantes. Informou sobre a
57 inovação da Resolução do CNRH nº 145, que trata sobre o arranjo organizacional para elaboração e
58 aprovação do Plano. Falou das Bacias com CBHs, das Bacias ainda sem CBHs e de quando o CNRH ou
59 CERHI-RJ decide pela elaboração do Plano. Explicou sobre os Planos Interfederativos e das ações
60 estruturantes dos Planos sobre os Comitês de bacia. Falou sobre a Governança dos Recursos Hídricos
61 no Brasil e mencionou a seguinte frase: “Há muitos planos de recursos hídricos elaborados, mas em
62 geral são mal coordenados e de fraca efetividade, na prática, devido à falta de capacidade tanto de
63 implementação quanto de financiamento. Como resultado, os planos não passam de “tigres de papel”
64 ou promessas a serem cumpridas por outros”. Diante disso, os seguintes desafios foram lançados:
65 aperfeiçoar prazo e forma de elaboração dos planos; aprimorar foco dos planos com vistas à
66 internalização e à implementação com a agenda laranja (agropecuária), a agenda verde (conservação
67 ambiental), a agenda marrom (urbanização e saneamento), a agenda cinza (indústria e energia) e a
68 agenda azul (recursos hídricos). Dentro deste segundo desafio, existem 3 (três) componentes e 18
69 (dezoito) programas, sendo o primeiro componente a Gestão de Recursos Hídricos, que envolve o
70 fortalecimento institucional e a consolidação dos instrumentos de gestão; o segundo componente
71 sendo o estudo de apoio à Gestão de Recursos Hídricos, que visa a ampliação do conhecimento em
72 Recursos Hídricos como subsídio para sua gestão, e o terceiro componente sendo os estudos e
73 projetos de medidas estruturantes, que são os subsídios às intervenções necessárias ao incremento da
74 oferta hídrica à recuperação ou adequação da infraestrutura hídrica existente e à melhoria da
75 qualidade da água. Falou que após a aprovação do Plano existe uma evacuação. Então, para evitar esse
76 tipo de atitude, lançaram o manual operativo, que é um passo a passo de como se implementa uma
77 ação e o monitoramento da mesma. Este manual passou a ser uma agenda efetiva dos Comitês de
78 Bacia. E, por fim, falou do terceiro desafio, que tem o objetivo de redefinir o escopo dos diversos
79 recortes territoriais dos Planos de Recursos Hídricos, e a proposta é definir com mais clareza, no
80 âmbito do CNRH, os papéis e as relações entre o PNRH, os Planos Estaduais e os Planos de Bacias
81 (interfederativas e estaduais). Para finalizar, expôs que o Plano é uma oportunidade e um fórum
82 adequado para a construção de um “Pacto das Águas” na Bacia. Essa construção exige foco, grande
83 envolvimento e maior comprometimento do nível decisório dos entes do SINGREH, e, apesar do seu
84 conteúdo predominantemente técnico, o Plano é um importante instrumento para atuação política e



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

85 estratégica da gestão de recursos hídricos do Brasil. **2) Apresentação sobre situação dos planos de**
86 **recursos hídricos no estado (Moema Versiani – SEAS/INEA).** A Sra. Moema Versiani iniciou sua
87 apresentação falando sobre a atuação mais direta dos Planos de Recursos Hídricos e a Implementação
88 dos Instrumentos de Gestão. Informou que, após os estudos realizados foi emitido o seguinte
89 pronunciamento: “ O sistema Estadual de gerenciamento de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro está
90 entre os mais avançados do país. As instituições e estruturas de gestão estão instaladas e existem
91 fortes capacidades disponíveis na administração e instrumentos de política, como outorga e cobrança
92 pelo uso da água, que são utilizados, embora ainda não sejam plenamente explorados. As autoridades
93 estaduais demonstram um compromisso forte com o setor”. Falou que os Planos são elaborados e
94 finalizados pelos Comitês de Bacias Hidrográficas. Alguns são inovadores, enquanto outros são
95 tradicionais e conservadores, ou estão atrasados. Em seguida, apresentou um mapa com a divisão
96 territorial de planejamento e gestão e de atuação do estudo. Informou, também, que não poderia
97 deixar de falar do importantíssimo plano de bacia do Rio Paraíba do Sul, e dos Planos de cobertura no
98 Estado do Rio de Janeiro. Explanou sobre os subsídios e interfaces e prosseguiu falando sobre os
99 desafios, que eram Planos pragmáticos com características próprias às Regiões Hidrográficas, e sobre o
100 gerenciamento costeiro com foco em Segurança Hídrica e Integração entre os Planos, dando
101 seguimento à Implementação do Plano. Falou com detalhes sobre o Plano Estadual do ano de 2014 e
102 suas características. Dando continuidade, explanou sobre os Planos do Paraíba do Sul e do CBH BIG,
103 que neste caso é um plano grande e bem específico, e sobre os demais Planos dos outros Comitês,
104 como os CBHs Guandu, BG, Lagos São João e, por último, sobre o CBH Macaé e das Ostras. Por fim,
105 falou que a impressão que dá é que ocorre um “esfriamento” após a aprovação do Plano, mas que
106 mesmo assim o plano levou em consideração o Plano de investimento dos Comitês. **3) Apresentação**
107 **sobre os Planos de Bacia na prática: uma análise do planejamento de recursos hídricos no Estado do**
108 **Rio de Janeiro (Samuel Muylaert – SEAS/INEA).** O Sr. Samuel Muylaert falou que este é um assunto
109 que carece de aprimoramento. Explicou qual o papel central da Gestão no Planejamento de Recursos
110 Hídricos, quais são os objetivos principais e as fases para a elaboração do Plano. Apresentou os
111 tópicos, os desafios e as ferramentas utilizadas neste trabalho, além de mencionar os especialistas que
112 participaram da construção do Plano de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro. Explicou
113 detalhadamente quais foram os desafios para se construírem planos melhores, como o arranjo de
114 contratação e a construção do Plano. Falou da mobilização social e da “pactuação” de compromissos, e
115 que o grande desafio é “tirar os planos do papel” juntamente com o problema de recursos financeiros,
116 a integração e a articulação da gestão de recursos hídricos, e por último o intersetorial, que são as
117 instituições que deveriam estar envolvidas na implementação das suas ações. Para finalizar a
118 apresentação, explicou sobre a articulação política e sobre o arranjo gerencial com o
119 acompanhamento e o monitoramento da Implementação do Plano. Após o término das
120 apresentações, foi aberto um circuito de perguntas para os membros. A Sra. Renata Bley lembrou que
121 em 2014 estava participando de um plano muito particular e com desafios gigantescos, como o de
122 fazer plano de bacia de recursos hídricos onde não há água, e perceberam que este não daria para
123 seguir da mesma forma e que teriam que repensar em como continuariam. Havia uma inquietação
124 devido à dificuldade de implementação do acompanhamento dos planos que já estavam elaborados, e
125 essa mesma inquietação estava surgindo em vários Comitês, Órgãos Gestores etc, e estavam com
126 algumas tentativas de várias frentes, tentando superar as dificuldades e aprimorar, nesse movimento



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

127 evolutivo apresentado pelo Sr. Samuel Muylaert, como sistema, e como cada um pode fazer melhor o
128 seu papel nessa questão dos planos. Em seguida, o Sr. José Paulo Avezedo parabenizou as
129 apresentações e comentou que sentiu falta de usar as informações do diagnóstico nessa lógica do
130 paralelo. Sugeriu que traçassem alguma estratégia, não muito teórica, mas bem pragmática, e que
131 analisassem os PAPs de cada Comitê/Plano na CT-IG/CT-IL para contribuir com essas estratégias. O Sr.
132 Marcos Sant’Anna Lacerda (presidente do CBH BG) elogiou as apresentações e falou foram bastante
133 esclarecedoras, que serão de grande ajuda. Disse que tem uma preocupação com a região hidrográfica
134 Baía de Guanabara porque há muita carência de produção de água, região esta que é totalmente
135 dependente do rio Paraíba do Sul, com déficit hídrico bem forte na região Leste. Comentou que
136 durante a sequência de apresentações, surgiram dúvidas, pois ora vê um papel forte (liderança) do
137 Comitê ou órgão gestor e ora vê o papel mais fora do comitê, talvez por conta do órgão gestor, da sua
138 atribuição, da sua responsabilidade. Acredita que o próprio diagnóstico desse cenário também merece
139 um olhar mais aprofundado para que se tenha um desenho que possa ser experimentado, porque ele
140 traz um diagnóstico real, verdadeiro, mas ainda há uma carência de um apontamento de certa direção
141 capaz de, por exemplo, despoluir a Baía de Guanabara. Cada vez mais o Comitê tem que estar na
142 gestão do que está na execução, pois é desejado o apoio do órgão gestor com a visão macro que tem.
143 Se não vier com a visão macro, acaba sendo o executor, planejador, gestor, e, para quem estiver fora
144 desse ambiente não vai conseguir chegar ao órgão gestor. Considerando os instrumentos de gestão
145 que estão incluídos no plano, precisa-se muito da parceria com o órgão gestor para fazer com que o
146 plano seja bem elaborado por quem quer que seja, mas que é necessário ter essa direção. O Sr.
147 Marcos Lacerda vê um papel fundamental do órgão gestor na Secretaria como o grande articulador
148 das políticas públicas, que tem interface com a gestão de recursos hídricos para fazer com que o plano
149 “saia do papel”, pois não irá “sair do papel” se esses atores não estiverem agora já sendo mobilizados.
150 Acredita que algumas coisas devem ser cobradas de forma política. Em seguida, sugeriu que haja pelo
151 menos uns 15 (quinze) desdobramentos da discussão desta reunião. É uma ferramenta básica para
152 todos e tem que ser muito bem elaborada, pensada rapidamente, principalmente para quem estiver
153 entrando em atualização dos planos, pois não se podem cometer os mesmos erros que outros já
154 cometeram. Essa bagagem tem que sair do órgão gestor e ir para dentro do Comitê, que será o
155 responsável. O correto é se falar de gestão compartilhada. Nos slides da apresentação, a liderança está
156 dentro do Comitê. Enquanto o fortalecimento do Comitê de Bacia não ocorrer, vão fazer ações
157 paralelas e haverá dificuldades na diferenciação dessas ações. Daí, a necessidade de aprofundar os
158 debates na política de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro. Tem que se observar a
159 necessidade e a importância de uma relação com os Comitês vizinhos. Por exemplo, um GT de
160 Segurança Hídrica estudando diversas alternativas que impactam em uma bacia vizinha, deve-se sair
161 da discussão. O Comitê Baía de Guanabara está percebendo uma série de alternativas, e agora precisa
162 do órgão gestor para trazer para perto, também, os diversos Comitês vizinhos que passivamente
163 podem ser impactados com uma decisão que o Comitê Baía de Guanabara venha tomar. Segundo o Sr.
164 Marcos Lacerda, essa é a articulação e o CERHI-RJ vai sendo fortalecido com esse debate.
165 Posteriormente, o Sr. João Alberto Antunes Ribeiro (Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu)
166 agradeceu à palestrante da ANA, Sra. Luciana A. Z. Andrade (ANA/SPR), e disse, metaforicamente, que
167 é um colecionador de “tigres de papel”, que nunca são usados, pois o incomoda muito ter os planos e
168 estes não serem usados. Disse, pedindo a confirmação da palestrante, que na Lei nº 9.433 consta que



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

169 “Os planos de recursos hídricos serão elaborados por bacia, por estado e para o país”, sendo esta a
170 sequência, e a palestrante confirmou. Continuando o questionamento, disse que, pela Lei nº 3.239, “O
171 PERHI caracteriza-se como uma diretriz geral de ação que será realizada a partir dos planejamentos
172 elaborados para as bacias hidrográficas mediante compatibilizações...”. Perguntou, ainda, se segue a
173 mesma sequência, sendo feitos primeiro os planos de bacia para depois ser feito o plano estadual, pois
174 foi dito que isso é muito controverso. Logo depois, o Sr. Luís Eduardo Amorim Ramos (Substituto – CBH
175 Piabanha), representando a prefeitura de Paraíba do Sul, também parabenizou a palestrante **pelas**
176 pela apresentação e perguntou como poderia ser mais objetivo e pragmático possível com os planos,
177 sem ter os recursos financeiros necessários. Existe a ilusão de que o município tem dinheiro o
178 suficiente, mas isso não é verdade. Lembrou que consta na Constituição do Brasil que o responsável
179 para dar o dinheiro para o saneamento básico é o município. Após esta manifestação, foi lembrado
180 que a palestrante, Sra. Luciana A. Z. Andrade (ANA/SPR), teria pouco tempo para permanecer na sala
181 para as respostas, visto que tinha que viajar. O Sr. André Marques (AGEVAP) se manifestou favorável à
182 ideia do MOP (Manual Operativo), e que está levando o MOP para os planos de saneamento, mas que
183 o MOP não está casado com o desembolso. Disse que, como Agência Delegatária, é cobrado pelo
184 desembolso de várias ações, e ressaltou que tem que se coincidir as informações. Disse que é
185 importante saber como casar o Plano Estadual de Recursos Hídricos com o Plano de Bacia. Lembrou
186 que, em relação à bacia do rio Paraíba do Sul, há três estados que são quase concorrentes no Plano de
187 Bacia. Salientou que tem que haver melhor articulação, sabendo-se qual a política de saneamento do
188 estado do Rio de Janeiro para se conseguir enquadramento, e o mesmo para os outros estados da
189 bacia. Comentou que, quando estava na Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, tinha
190 sugerido fazer um plano conjunto de recursos hídricos do estado de Minas Gerais com os outros
191 estados da bacia do rio Paraíba do Sul, mas percebeu que isso não avançava. Criticou o fato de ficarem
192 pensando em políticas de enquadramento, sendo que não conseguirão cumprir. Falou que um plano
193 elaborado com a ideia macro é bom, mas é preciso ter os órgãos estaduais gestores de recursos
194 hídricos trabalhando políticas. Explicou que não consegue enxergar enquadramento sem saneamento,
195 e, também, que fica muito feliz com a grande “aquisição” do Inea, o Sr. Leonardo Daemon. A Sra.
196 Renata Bley (SEAS) lembrou que o Sr. Leonardo é, na verdade, uma “aquisição” de todos, e que
197 conquistou o presidente do Inea, Sr. Claudio Dutra, com todo mérito, pela capacidade que tem. A
198 palestrante, Sra. Luciana A. Z. Andrade (ANA/SPR), respondeu que o MOP de Paranapanema foi o
199 primeiro e que esta experiência foi diferente porque não tem uma agência executora, mas tem, de
200 fato, um Comitê bem engajado e bem comprometido. Entende que a AGEVAP poderia ajudar na
201 coordenação da experiência do Paraíba do Sul, sendo uma agência reguladora, inclusive dando um
202 “feedback”, mostrando como tudo pode ser melhorado. O planejamento é um processo e não um
203 produto estanque, e precisa ser sempre repensado. E sobre a questão do desembolso, considerando o
204 que está previsto no MOP, que é um extrato do Plano, o que está no PAP (Programa de Aplicação
205 Plurianual dos recursos da Cobrança) não pode ser diferente do MOP. Na verdade, o MOP tem que ser
206 o PAP, tendo que corresponder ao Contrato de Gestão. Precisa-se repensar na forma da cobrança. Há
207 o recurso da cobrança para gestão dos recursos hídricos. No setor de saneamento, existem as
208 interfaces. O plano e o recurso da cobrança podem contribuir com subsídios para o setor para que
209 ações de saneamento sejam feitas. Os Srs. José Paulo Azevedo e Renata Bley comentaram que já existe
210 a lei estadual nº 5.234/2008 no Rio de Janeiro que define que 70% (setenta por cento) dos recursos



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

211 arrecadados pela cobrança pelo uso da água incidente sobre o setor de saneamento serão
212 obrigatoriamente aplicados em coleta e tratamento de efluentes urbanos até que se atinja o
213 percentual de 80% (oitenta por cento) do esgoto coletado e tratado na respectiva RH. A Sra. Luciana
214 Andrade disse que é preciso pensar na cobrança como instrumento. Comentou que os Comitês têm
215 que propiciar discussões técnicas para ter o entendimento que o plano não é do Inea ou da ANA, mas,
216 sim, um plano da bacia hidrográfica. Com relação ao comentário da apresentação do Sr. Samuel
217 Muylaert (INEA), sobre a questão do monitoramento, a representante da ANA informou que é
218 importante sempre pensar na elaboração dos planos com relação também a posição de indicadores
219 que deem informações importantes, principalmente esclarecendo quanto às ações estão sendo
220 implementadas, principalmente sabendo se tal ação está sendo, de fato, efetiva, melhorando a
221 qualidade da água, proporcionando segurança hídrica, atingindo realmente os objetivos do plano e
222 sendo classificados como indicadores de impacto. É necessário pensar em uma maneira de realizar
223 esta medição e de ter uma metodologia capaz de quantificar isso. Em seguida, a palestrante da ANA
224 pediu licença para se ausentar, tendo em vista que o horário do seu voo de retorno para Brasília/DF.
225 Dando continuidade a reunião, a Sra. Daiana Gelelete (AGEVAP) informou que acompanhou o
226 desenvolvimento da inauguração do Plano de Bacia do Comitê Guandu e que o MOP já está em
227 andamento, e que hoje todas as ações do MOP no CBH Guandu já têm o status de “iniciado” ou “a ser
228 iniciado”. Comentou que o grupo de acompanhamento do plano já está sendo criado, e que a
229 resolução para este grupo já foi aprovada na última plenária. Questionou sobre a disponibilidade de
230 apresentar sua dissertação para o grupo para que possa justamente enviar esses indicadores, que são
231 essenciais. Comentou também sobre a morosidade do plano com relação a sua contratação, e citou a
232 demora em uma ação ser de fato executada. Isso, também, é um gargalo na operacionalização do
233 próprio MOP, pois o MOP do Guandu ficou com prazo de horizonte de 4 (quatro) anos, justamente
234 para casar com o PAP. O PAP será atualizado neste momento no Comitê, e irá vislumbrar todas as
235 ações que foram elencadas no MOP. O Manual Operativo tem duração de 4 (quatro) anos. O prazo
236 para contratar um plano é de 2 (dois) anos, com termo de referência, administração, etc., e isso se
237 repete, também, para qualquer projeto que seja elaborado dentro do MOP, no projeto do Comitê. A
238 representante do CBH Guandu questionou se isso foi visualizado como gargalo para a
239 operacionalização dos planos, pois o plano tem um horizonte de 25 (vinte e cinco) anos, mas com a
240 morosidade de implementação de um projeto, já se perde 2 (dois) anos apenas pra se iniciar o projeto,
241 e o MOP tendo horizonte de 4 (quatro) anos perde-se esse tempo pra implementar o projeto de fato.
242 Ressaltou, ainda, que seria bom haver um indicador de gargalos, por exemplo, se uma ação não foi
243 executada, por que ser apresentada? Isso justamente para se visualizar quais os gargalos para a
244 implementação de um MOP. Em atenção a alguns questionamentos, o Sr. Samuel Muylaert (INEA)
245 respondeu que o que a Sra. Daiana Gelelete (AGEVAP) estava querendo dizer talvez fosse mais bem
246 definido como “dinâmica de monitoramento”, ao invés de “indicadores” e que, teoricamente, a lógica
247 de monitoramento estaria representada no Comitê Guandu. Completou dizendo que, assim como no
248 primeiro ciclo de implementação do Guandu, o grande diferencial, o ponto de partida foi que esse
249 grupo deve assentar e se debruçar sobre o plano com suas ações e tendo uma metodologia para
250 pontuar isso, e assim acontecendo, ao longo do processo, seria bom identificar quais são as críticas ao
251 processo em curso que precisam ser corrigidas, e, com relação ao gargalo, à implementação, as
252 Entidades Delegatárias foram pensadas para desburocratizar o Sistema; entretanto não se consegue



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

253 desburocratizar totalmente porque o dinheiro é público. Falou, ainda, que o que poderia ser um bom
254 caminho seria focar no que se pode fazer internamente, eventualmente conseguindo colocar um
255 projeto a ser executado, mas que não se sabe quais são os planos, em termos de contrato de gestão,
256 que conseguem ser um projeto executado pela própria Entidade Delegatária, e então se contratam
257 pessoas para trabalhar no projeto de 2 (dois) anos. Lembrou, também, que já existe uma experiência
258 que seguiu mais ou menos dessa forma descrita com o PROGESTÃO. Comentou que desenvolveram
259 um projeto, 2 (dois) anos aplicando aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), onde
260 fizeram a base de dados e geraram um produto importante, além de material de divulgação,
261 conseguiram desenvolver o sistema de outorgas, que é o que será usado internamente para o banco
262 de dados em substituição à planilha de Excel. Conseguiu-se um caminho menos burocrático para uma
263 melhora, pelo menos num primeiro momento, desta forma se fortalece como estrutura funcional.
264 Posteriormente, ficam em torno de três pessoas conduzindo e sendo responsáveis pelo projeto, sendo
265 gestoras de contratos. E assim, sob aplausos, o Sr. Samuel Muylaert finalizou sua explanação. A Sra.
266 Fátima Casarin informou que trabalha na gestão de recursos hídricos da Companhia Municipal de
267 Saneamento de Maricá - SANEMAR S.A., e que nessa questão de mobilização, engajamento e pacto,
268 entende que pode melhorar e que tem que ser pensado com uma equipe qualificada para fazer um
269 trabalho de engajamento. Acredita que acaba havendo uma demanda burocrática quando tem outras
270 demandas. Finalizou dizendo que este é o momento para aprofundar e rever essas questões. A Sra.
271 Eloisa Elena Torres (IBG) ratificou o que a Sra. Fátima Casarin falou, pois têm a mesma compreensão e
272 parabenizou a Subsecretária de Recursos Hídricos e Sustentabilidade, e também Secretária Executiva,
273 Sra. Renata Bley, por estar colocando este debate no âmbito do CERHI-RJ e que essa nova geração de
274 planejamento está numa nova dinâmica e considera enriquecedor. E, sobre o que a palestrante
275 Luciana A. Z. Andrade (ANA/SPR) colocou, e reverberando o que a Sra. Fátima Casarin e o Sr. Marcos
276 Lacerda falaram, foi que cada região se reconheça e que é preciso saber, por exemplo, que o CBH-BIG
277 tem uma gestão integrada com a gestão costeira, assim como a Baía de Guanabara também.
278 Comentou que acredita que isso às vezes não fica claro. Segundo a representante do IBG, é
279 preciso saber entender que a Baía de Guanabara não tem como distribuir seus recursos hídricos
280 porque, na verdade, não tem recursos hídricos, e que as outras bacias têm que ser solidárias com esta
281 para que possa fazer uma gestão integrada de recursos hídricos por Comitê. É importante saber quais
282 são as soluções para o CBH-BPSI, e, ainda, entender cada uma de nossas bacias e quais são suas
283 características para que possa haver um melhor planejamento. Acrescentou falando que é preciso
284 avançar o olhar para a questão futura: a escassez hídrica no nosso estado do Rio de Janeiro. Por fim, a
285 Sra. Eloisa Torres falou que considera necessário entender os problemas para além até das soluções
286 que as prestadoras visualizam. O Sr. Luiz Constantino (INEA) comentou sobre o questionamento da
287 Sra. Fátima Casarin em relação à articulação do CBH-Guandu, questão esta apontada também na
288 apresentação do Sr. Samuel Muylaert, onde falou da necessidade de termos um envolvimento maior
289 das pessoas locais na construção do plano, e que entende que a partir do momento que se contrata
290 uma consultoria vinda de qualquer outra região, às vezes pode haver um estranhamento, pois, por
291 exemplo, há uma contratação de um consultor do Rio Grande do Sul e que nunca esteve presente no
292 CBH Guandu e está participando da elaboração do plano, pode ser que não dê muito certo. Sobre a
293 visita aos Comitês, o Sr. Luiz Constantino disse que nos anos de 2015 e 2016 fizeram essas visitas e
294 pediram encarecidamente aos Comitês um paralelo entre o programa que permite as ações que



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

295 estavam sendo feitas nos planos de bacia e nos respectivos Comitês, mas representantes dos Comitês
296 demonstraram-se insatisfeitos com possíveis repasses de trabalho indevidos. O representante do INEA
297 concluiu dizendo que cada um dos presentes nas reuniões dos Comitês teria que saber e assumir suas
298 responsabilidades. A Sra. Fátima Casarin comentou que esse conjunto de palestras e debates,
299 ocorridos nas reuniões do CERHI-RJ, por exemplo, é maravilhoso e que é, muitas vezes, melhor do que
300 uma reunião. Completou falando que articulação tem que ser um trabalho permanente e com pessoas
301 qualificadas. O Sr. Luiz Constantino disse que, sobre a liderança, não precisa criar um novo órgão; não
302 precisa tirar alguém de um órgão gestor; para liderança basta ter um representante que se
303 responsabilize por fazer exatamente esse “leva e traz”, e que na época do PERHI, com a câmara de
304 acompanhamento, tentaram chamar a FIRJAN, além de algumas secretarias, mas não deu certo; não
305 conseguiram impulsionar. A Sra. Moema Versiani (INEA) comentou que se trabalha com o que se tem,
306 com o que se dispõe. O Plano Estadual de Recursos Hídricos, por exemplo, trabalhou com os planos
307 das famílias, e as atualizações dos demais planos consideraram sempre o Plano Estadual de Recursos
308 Hídricos. Lembrou que não existe uma regra fixa e que não há uma hierarquia. Completou dizendo
309 que, quanto à questão da Sra. Daiana Gelelete (AGEVAP), com relação às angústias dos órgãos
310 executores, existem os gargalos que envolvem contrato de gestão, o que será executado via contrato
311 de gestão e fora contrato de gestão. Algo que não se tem dúvida é que é executado de acordo com o
312 que é definido pelo Comitê. Existe um arranjo interessante, mas não se pode retroceder. Informou que
313 existe um segundo laboratório, que é o CEIVAP, que elaborará um plano com o MOP, com o papel da
314 Agência Nacional de Águas – ANA. Lembrou que se pode contar com a ANA para auxiliar e dar maior
315 agilidade na implementação dos planos. O Sr. João Gomes de Siqueira (UENF) fez uma consideração ao
316 Sr. Luiz Constantino e disse que os Srs. Samuel Muylaert e Leonardo Fernandes foram há alguns anos
317 atrás no Norte e no Noroeste fazer um importante trabalho de implementação do Plano Estadual e
318 tiveram boa receptividade. Ressaltou que o órgão gestor fez o papel de fazer a intermediação com os
319 Comitês. Apontou a importância desse trabalho ser feito por um órgão gestor, que é um papel
320 primordial nessa ponte com o Comitê. Comentou que as entidades delegatárias tem que se
321 aperfeiçoar neste processo, pois o aprendizado é constante e que as mudanças são inerentes ao
322 Sistema. O representante da UENF criticou que os recursos financeiros oriundos da cobrança não são
323 utilizados e que esses recursos são insuficientes para se implementar todo o Plano. Considera
324 importante avaliar essa situação e fazer uma ponte forte porque a cobrança não vai ser suficiente para
325 o plano. Entende que o papel da Entidade Delegatária, Órgão Gestor e Comitês é exatamente este:
326 buscar mais ações e recursos para a implementação do plano. O Sr. José Paulo Azevedo (COPPE/UFRJ)
327 pediu a Sra. Renata Bley (SEAS), que é também a atual Presidente do CEIVAP, que ajude no que for
328 possível para esta melhoria, além da ANA, no monitoramento e condições de entrega, pois isso não foi
329 mencionado. A Sra. Moema Versiani (INEA) falou que nesta reunião comentaram que o recurso
330 financeiro da cobrança não é suficiente para saneamento, mas afirmou que é sim suficiente para o
331 saneamento, e que isso será mostrado e justificado em breve. Frisou que é preciso observar bem os
332 números e ver quais são as perspectivas: o que o recurso financeiro da cobrança pode financiar ou
333 não. Completou falando que existe uma dissertação que trata exatamente disso e quando houver
334 oportunidade irá apresentá-la. A Sra. Renata Bley (SEAS) finalizou dizendo que o recurso financeiro da
335 cobrança pode, talvez, até não ser o suficiente para todo o programa de saneamento, mas pode ser o
336 suficiente para parte do saneamento. Afirmou que é muito importante para o Sistema que se



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

337 mantenha a questão “tripartite”, como disse o Sr. Marcos Lacerda, sobre a questão do plano, a função
338 do órgão gestor na questão da implementação e na mobilização para que não seja efetivamente
339 orçamento do Estado. Porém, os planos na forma em que são feitos, são impossíveis de se obter um
340 orçamento. E nada mais havendo a tratar, a Subsecretária e Secretária Executiva do CERHI-RJ, Sra.
341 Renata Bley, agradeceu o debate e a presença de todos, declarando então encerrada a 28ª Reunião
342 Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, às 17h25min.
343

Maria Aparecida Pimentel Vargas
Presidente CERHI-RJ

Friedrich Wilhelm Herms
Vice-Presidente CERHI-RJ

Renata Bley
Secretária Executiva CERHI-RJ

Apno./Blfs./Acs – 28/08/2019